

SESSÕES DO PLENÁRIO

121ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de novembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente Adolfo Menezes procede à leitura do expediente do dia 26/11/2013.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Del Carmen, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/11/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Raimundo, comunicando sua ausência da sessão no dia 15/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 24 e 30/10/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, hoje, pela manhã, tivemos um debate na Comissão de Educação sobre a possibilidade da extensão, ou melhor, da realização de horas extras do policial militar para exercer atividade dentro da legalidade. Isso se deve a uma discussão que há hoje no âmbito da Polícia Militar ao que se chama de “bico ilegal”. Ou seja, o policial militar tem as suas atribuições normais e, no seu horário de folga, termina fazendo outros trabalhos, o que é considerado trabalho ilegal, já que isso não seria permitido pela legislação. Por isso, recebemos aqui uma solicitação para que fizéssemos um debate sobre o que inicialmente se denomina de “bico legal”. E o que seria essa questão do “bico legal”? Seria a Polícia Militar desenvolver suas atividades normais e, no seu horário de folga, poderia exercer uma outra atividade pública em convênio com o Estado, trabalhando, por exemplo, para prefeituras. Esse debate foi feito hoje mais como uma reflexão para ver qual seria a melhor solução, tendo em vista que o objetivo de todos é melhorar a segurança pública.

Existe uma experiência em São Paulo que, naturalmente, precisa ser analisada para ver se pode ser aplicada aqui e se é uma experiência positiva ou negativa. Portanto, fizemos esse debate aqui. Essa foi uma solicitação principalmente da prefeitura de Madre de Deus, através do seu secretário da Segurança, do cidadão Jonathan, dos vereadores Jailton e Marden, e nós, portanto, hoje, fizemos essa reflexão aqui e debatemos esse tema. Particularmente, a princípio, defendo a redução da jornada de trabalho. A questão do chamado “bico legal” significaria um aumento da jornada, mas, naturalmente, essa experiência precisa ser analisada com cuidado e, principalmente, ver a experiência de São Paulo. Por outro lado, também defendo que todas as medidas para melhorarem a segurança devem ser analisadas e, se possível, implementadas. No caso específico do chamado “bico legal”, ele teria que ser analisado no seu aspecto legal, no seu benefício prático, concreto, e em última instância, passar pela Procuradoria-Geral do Estado para analisar os aspectos mais técnicos e legais.

Acho que essa é uma discussão importante. Hoje tivemos um debate muito produtivo contando com a participação da Polícia Militar, dos vereadores de Madre de Deus, de vários deputados, portanto, acho que devemos amadurecer e aprofundar. E em melhorando a segurança das pessoas e em sendo positivo para a sociedade, procuraremos implementar. Por isso queria fazer essa observação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Queria, também, convidar os deputados para participarem, amanhã, da Comissão de Educação, pois a mesma está organizando uma visita ao arcebispo Dom Murilo Krieger. Se os deputados puderem comparecer à sessão, estamos à disposição. Vamos fazer uma visita de cortesia, lá, na Universidade Católica do Salvador por ser a mais antiga universidade de Salvador e de uma

importância muito grande para a educação em nosso estado.

Portanto, faremos uma visita de cortesia a Dom Murilo Krieger. Todos os deputados estão convidados. Se puderem comparecer, será, amanhã, às 16h30min.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar sobre três questões rápidas, porque sei que o nosso tempo, aqui, é curto.

Ontem, dia 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, iniciou-se a Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres: 20 de novembro a 10 de dezembro. Sabemos ser tal movimento fundamental e importante. Quero pedir, aqui, o apoio e a colaboração desta Casa, principalmente dos companheiros deputados.

A violência contra a mulher ainda é uma realidade muito dura para todas as mulheres. Tal violência continua apesar de todas as medidas e de todas as coisas que o governo, a partir do presidente Lula, implantou neste Brasil, tipo ministério, tipo sancionar a Lei Maria da Penha. Enfim, a violência contra a mulher ainda é uma realidade.

E, aqui na Bahia, temos um dado que nos deixa muito tristes. A partir da Lei Maria da Penha, as mulheres passaram a se encorajar e a denunciar a agressão e a violência por parte de seus companheiros. No entanto, depois da separação, constatamos, durante este ano, que, dentre as mulheres denunciante, 173 foram assassinadas pelos seus ex-companheiros. Nesse sentido, fizemos uma audiência aqui, recentemente, sobre a implantação da medida protetiva popularmente chamada de “botão do pânico” para ver se baixamos esses índices. Esta questão é cultural. Tramita, nesta Casa, um projeto de lei – não é de minha autoria – a fim de que o agressor seja olhado de forma a ajudá-lo a sair da situação. Vejam, não é possível isso, quer dizer, continuar nesta situação alarmante. Acho que, com a Lei Maria da Penha, as mulheres, hoje, têm tido mais coragem de denunciar nas DEAMs. No entanto, em contrapartida, a reação e a violência, principalmente por parte dos ex-companheiros, ainda são coisas muito sérias e muito graves.

Quero dizer, também, que já realizamos a quarta reunião da CPI do Tráfico de Pessoas. Tem havido um debate interessante. Já formamos a nossa equipe técnica. Vamos fazer a primeira audiência pública no dia 12 de dezembro aqui em nossa capital. Tínhamos, inicialmente, pensado fazer a primeira audiência pública em Ipiaú.

Mas decidimos fazer esta audiência pública em Salvador para darmos maior visibilidade a este trabalho da CPI, a fim de clamar por mais apoio. Fazemos um apelo para a imprensa, para as instituições públicas, para as instituições não públicas, para as ONGs, etc., entidades que cuidam desta questão, a fim de que todos nos ajudem nos debates e nas denúncias em todas as audiências.

Estamos agendando o primeiro depoimento. Estamos iniciando com a questão das adoções ilegais. E Silvânia, de Monte Santo, será a primeira pessoa a ser ouvida,

pois sofreu o absurdo e a barbaridade com aquele caso lá de Monte Santo.

E, para concluir, nesses poucos minutinhos, queria falar sobre o Novembro Negro. Estamos comemorando, agora, o mês da consciência negra. E, hoje, a partir das 18 horas, no Forte da Capoeira, no Largo do Santo Antônio, a Makota Valdina estará lançando o seu livro Meu caminhar, Meu Viver. Sabemos do trabalho dessa companheira, dessa professora, principalmente denunciando a questão do racismo.

Sr. Presidente, avise aí que há um orador na tribuna! Peça silêncio, por favor!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, deputado Euclides...

A Sr^a LUIZA MAIA:- O que eu estou falando é importante, inclusive para todos os deputados. Eu estou falando do Novembro negro, da Consciência Negra, que hoje vamos ter o lançamento do livro de Makota Valdina, uma grande pedagoga, uma grande professora que tem feito grande luta neste Brasil, e pelo mundo afora denunciando o racismo. Hoje, a partir das 18 horas, no Forte da Capoeira, no Largo do Santo Antônio, ela estará lançando o livro “Meu Caminhar, Meu Viver. E quero fazer um apelo para que todos participem e comprem muitos livros para ajudar a Makota Valdina nessa luta que não é só dela, mas de todas as mulheres, principalmente de todos os negros.

Para concluir, Sr. Presidente, acho que novembro é um mês importante, porque temos, além da campanha pelo fim da violência contra a mulher, a campanha pelo fim do racismo no Brasil...

E sabemos que a falta de educação nesta Casa é uma coisa séria, mas estou-me acostumando. No primeiro momento, achei um pouco estranho, eu ficava falando e as pessoas nem ouviam. Aí me disseram: É assim mesmo, deputada, ninguém aqui se interessa em ouvir discurso. Então, eu falo para a imprensa, para os poucos colegas que querem nos ouvir e falo para o mundo que nos acompanha através da TV Assembleia.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):-Com a palavra o deputado Gaban por 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, três motivos são dignos de registro. O primeiro, meu caro Líder Elmar Nascimento, está sendo votado agora, neste instante, no Tribunal de Contas do Estado – o primeiro quadrimestre 2013, tendo como relator o ex-deputado e conselheiro Filemon Matos. Por que isso merece um destaque? Porque quando o secretário Petitinga veio apresentar o relatório do primeiro quadrimestre deste ano, indagado por mim, confessou – eu tenho áudio, tenho vídeo – já mandei isso para o Tribunal de Contas do Estado; já mandei para o Ministério Público, ele dizendo que as contas do governo estavam inconsistentes. Eu cheguei a propor que aquela audiência pública de apresentação do relatório do primeiro quadrimestre fosse feito por acordo de lideranças, após o recesso que ia acontecer em julho, mas não aceitaram, e assim foi feito.

O governador, de uma maneira até certo ponto irresponsável, mal assessorado, publicou aprovando as contas inconsistentes. E hoje, estou curioso em saber qual o parecer do Tribunal de Contas com relação a esse primeiro quadrimestre, pela irregularidade confessada pelo ex-secretário Petitinga. E mais: o próprio Tribunal de Contas do Estado, os técnicos, e nós denunciemos aqui da tribuna, também não tinham acesso ao Fiplan. Os técnicos do Tribunal de Contas só foram começar a ser treinados pela Secretaria da fazenda no segundo quadrimestre deste ano. Então, não tem como ter um parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado pelos fatos que aqui mencionei.

O segundo fato: policial é esfaqueado. Normal aqui na Bahia, mas dentro da delegacia! Um policial foi esfaqueado hoje em Periperi. Veja o nível, minha querida deputada Maria Luiza, a que chegamos: policial esfaqueado dentro da Delegacia de Periperi por um bandido, por um marginal. Imaginem o cidadão comum!

E o terceiro fato, que merece um destaque bastante grande também, foi a vinda inócua do chefe da Casa Civil, Rui Costa, a esta Casa no dia de hoje. Ele veio tratar de um assunto importantíssimo, que seria o que está previsto para a mobilidade urbana no Município de Salvador. E o que aconteceu? Na hora em que cheguei lá não havia um deputado.

Só fui a essa audiência porque encontrei a deputada Maria del Carmen, que me disse: “Olha, Rui Costa vai estar aqui”.

Eu perguntei: “Para quê?”

Ela respondeu: “Vai falar sobre a mobilidade urbana”.

Eu disse: “A minha assessoria não me informou, não estou sabendo”.

Depois, até o próprio Líder do governo, quando lá chegou, disse que não tinha conhecimento dessa audiência.

Pergunto: para que serve virem para cá dois secretários – Cícero Monteiro também estava – para apresentarem a mobilidade urbana a alguns liderados políticos, pessoas conhecidas – assim: “Zezinho está aqui, Maria, João não sei o quê”, todos nominados – e lideranças políticas? Será que não é um desmerecimento ao Poder Legislativo? Como é que um secretário, que se diz candidato a governador do nosso Estado vem ao Poder Legislativo, desrespeitando este Poder, falar apenas para lideranças convidadas pontualmente.

Nenhum deputado sabia. É um desrespeito ao Poder Legislativo. Como alguém que quer ocupar o cargo mais importante do governo, antes de assumir esse cargo ou de concorrer, já desrespeita o próprio Poder Legislativo?

Foi um desrespeito. Até quero parabenizar o Líder do governo, deputado Zé Neto, que concordou com as minhas colocações e disse que também desconhecia. E eu sugeri, no momento, ao secretário Rui Costa que viesse para cá noutro dia, para prestar esclarecimentos aos deputados desta Casa. Poderia até chamar a plateia dele, as lideranças políticas do PT para participar. Maravilha. Esta Casa é plural e pode convidar quem quiser, porque é aberta. Agora, não pode fazer às escondidas dos deputados uma audiência desse tipo. Mobilidade urbana é um tema importantíssimo.

A presença do secretário José Carlos Aleluia também seria importantíssima

para que o Poder Legislativo, de uma maneira geral, tome conhecimento de todos os projetos aprovados e postos em andamento, tanto pela Prefeitura Municipal de Salvador quanto, sobretudo, pelo governo do Estado.

Repito, foi uma vinda inócua porque escondida dos deputados desta Casa. E repito: nem o Líder do governo sabia que o secretário Rui Costa viria para tratar de um assunto tão importante: a mobilidade urbana.

E isso no momento em que a própria Maria del Carmen disse, e é verdade, que a única intervenção que houve na mobilidade urbana desta cidade foi quando Antonio Carlos Magalhães era prefeito. Agora, que existe um grande projeto em andamento da prefeitura e do governo do Estado, o secretário vem às escondidas, sem que qualquer deputado tivesse conhecimento.

É um desrespeito ao Poder Legislativo que merece, no mínimo, um repúdio ao secretário por vir dessa maneira, convidando única e exclusivamente líderes do PT que têm o seu espaço em alguns bairros de Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fabrício Falcão, pelo tempo de 5 minutos. (Pausa.)

Por permuta, concedo a palavra ao deputado Bira Corôa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} Servidoras, Srs. Servidores, imprensa, quero, inicialmente, parabenizar todos da imprensa que fazem a cobertura desta Casa, já que hoje é um dia também importante porque temos a oportunidade de escolher os veículos de comunicação e dos regentes das ações de comunicação, aqueles que mais dão cobertura aos trabalhos desta Casa. Aproveito para parabenizá-los.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar quero esclarecer ao deputado Gaban, com todo o respeito que sempre tenho pelos meus pares, que não cabe ao secretário nem a secretário algum fazer convocatória nesta Assembleia. Ele foi convidado e veio à Casa só para prestar esclarecimentos. Então, atribuir ao secretário como repúdio, do jeito que aqui foi colocado, é uma colocação inadequada, mostrando inclusive o desconhecimento, e quem está de fato desrespeitando o Poder Legislativo é um par dele que coloca que é o secretário que tem de fazer a convocatória.

Acho que a questão é inversa, e o secretário cumpriu com o seu papel de vir à Assembleia prestar os devidos esclarecimentos solicitados. Isso é que é importante, essa é que é a grande conquista, porque em outros momentos de outros governos secretários não vinham a esta Casa, secretários não atendiam a chamados dela nem muito menos de parlamentares, principalmente se fossem de oposição. Só vinham para cá cumprir o regimental, uma vez a cada ano.

Então, conseqüentemente, temos aí como uma grande conquista deste novo governo, mostrando o seu respeito ao Poder Legislativo, exatamente a presença dos diversos secretários tantas vezes quantas sejam necessárias nesta Casa. E o secretário

Rui Costa, que aqui esteve hoje, mais uma vez cumpriu um papel importante, esclarecendo e apresentando as ações que estão permitindo um melhor desenvolvimento no nosso Estado e na cidade de Salvador.

Falar de mobilidade urbana e tentar atribuir a outros governos a ação de mobilidade urbana é, sem dúvida alguma, novamente querer negar o que hoje existe, porque nesta capital as intervenções de mobilidade se dão a partir do governo Wagner, com ações do governo federal. Neste momento, exatamente o Anel Viário 2 de Julho, no acesso São Cristóvão e Aeroporto, é obra do governo Lula com o governo Wagner. A nova via, inaugurada com a presença da presidente Dilma, reafirma mais uma vez esse compromisso que já está tendo efeito positivo, pois vem desafogando inclusive a Paralela, assim como outras vias importantes, justamente por aquelas 10 pistas, aqueles 14 viadutos e os 3 túneis da Via Expressa. Portanto, não quero polemizar muito nesse debate. Falo apenas como esclarecimento.

Também desejo chamar atenção, Sr. Presidente, para o fato de que ontem foi uma data importante para a Bahia porque foi celebrado o Dia Nacional das Baianas de Acarajé. Afinal, a primeira empreendedora negra e o primeiro empreendimento brasileiro, de fato, surgiram nos tabuleiros de acarajé como cumprimento religioso para Oxum. Consequentemente, houve a descoberta do estratégico e importante trabalho para captação de recursos e autossustentação familiar. Mais do que isso: contribuiu também para o momento atual, pois fez exatamente o enfrentamento ao regime escravagista da época. Então, sem dúvida nenhuma, é uma data importante a ser celebrada. Quero parabenizar a Abam e todas as baianas de acarajé pela passagem do seu dia nessa segunda-feira.

Sr. Presidente, um outro dado importante é que a Bahia reflete o 20 de Novembro, que nasceu como um dia de consciência negra e também duma nova consciência para reeditar a história do nosso País utilizando como protagonista alguém que, de fato, fez e faz a história. Nós presenciamos o IBGE atestando exatamente isso quase três décadas depois, quando quebra o padrão de que Salvador é a cidade mais negra fora da África com os dados estatísticos de que municípios deste Estado e de fora dele se autoassumem negros em proporções mais elevadas do que a nossa própria capital. Esse é um dos grandes efeitos de se ter um mês inteiro para debater a condição socioeconômica e política da comunidade negra e das comunidades polos tradicionais da nossa Bahia e do nosso País.

Parabéns pelo “Novembro Negro”, parabéns pelas grandes conquistas, mas a luta continua. Muito ainda há para se avançar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputadas, Imprensa, ouvintes da TV-Assembleia, Galerias Paulo Jackson que nos honra com suas presenças, minha queridas deputadas, taquígrafas, funcionários da

Casa, realmente esse mês de novembro, não tão diferente como o mês de outubro, que foi, realmente, o Outubro Rosa, câncer de mama, nós estamos, no mês de novembro, com o câncer de próstata. E, realmente, ainda existem vários preconceitos com referência ao exame para se constatar o CA de próstata, que sempre acomete o homem, que também é um câncer que mais mata no Brasil.

E nós ficamos, ainda, a analisar que preconceito é esse da parte masculina, do sexo masculino, porque, realmente, o pior é constatar que está com CA e perder a vida. É isso que precisa conscientizar todos os homens que é um exame normal, que é um exame como qualquer um, e realmente o que se precisa é defender a saúde do nosso povo que é muito importante.

E eu fico muito contente com o deputado Álvaro Gomes que usa e traz para a gente usar o lacinho, designando que é o Novembro Roxo, e as campanhas que ele vem fazendo em todos os bairros, na maioria, reuniões, concentrações, e a gente fica assim a pensar que tomara que uma parte bem grande dessa parte masculina absorva essa instrução e essas concentrações, essas parcerias, inclusive as reuniões, os congressos que têm sido feitos para conscientizar os homens para que, realmente, façam esse exame de próstata.

Mas, também, ouvi aqui atentamente a palavra do nosso deputado Bira Corôa que fala sobre as baianas do acarajé. Que dia bonito, que dia significativo que a gente vê todas as baianas bem vestidas, arrumadas, e quando os turistas chegam no aeroporto quem os recebe, muitas vezes, são as baianas com as fitas do Senhor do Bonfim, dizendo que a nossa Bahia tem, realmente, uma representação.

E quando o turista quer ir para as praças para deglutir um manjã o que vai escolher? O acarajé, o abará. E eu cheguei a sentir agora, aqui, minhas queridas taquígrafas, a boca cheia de água quando falei, porque um acarajé bem feito é como se fosse um almoço para a gente, é uma maravilha.

E eu não sei por que, e aí eu chamo a atenção dos queridos colegas deputados, que como eu também, eu já fui ligada a isso, sou amiga do prefeito ACM Neto, mas eu queria ainda fazer um apelo para que ele estude uma maneira de não tirar as nossas baianas que vendem os acarajés nas praias, que não tirem as nossas baianas, para deixarem de vender o acarajé, porque, realmente, o que os turistas e todos nós mais queremos é deglutir o acarajé. É triste a gente saber que tem muitas baianas reunidas e que não puderam ontem comemorar o seu dia com tanta alegria, porque, realmente está-lhe faltando o nosso prefeito ACM Neto dizer assim: está liberado para as baianas venderem, acarajé nas praias do nosso Estado”.

Praias tão bonitas, como essas do Litoral Norte...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Ainda tenho 11 segundos para concluir.
O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ah, desculpe, desculpe.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Então, queria fazer um apelo a V.Ex^{as} e também à Oposição, para se irmanarem comigo para que as baianas do acarajé sintam, realmente, esse espaço maravilhoso em todo setor da Bahia, em todas as praças, inclusive as praias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 5 minutos, com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, senhores presentes às Galerias, Srs. da Imprensa, ontem à noite nós tivemos em Vitória da Conquista uma das mais importantes oitivas da Comissão da Verdade constituída naquele município, com participação da Comissão da Verdade da Assembleia, da Comissão Estadual da OAB, cujo presidente também esteve presente. Ali ouvimos um dos casos mais esdrúxulos que um sistema político ditatorial pode fazer com a vida das pessoas.

Tivemos oportunidade de ouvir o depoimento de Maria José, que foi a brasileira que viveu o maior tempo da sua vida na clandestinidade. Essa mulher viveu 42 anos sem conseguir ter sua identidade, fugindo para não ser morta ou torturada.

Maria José, chegando a Vitória da Conquista – esse é um fato inusitado da nossa história, por isso é importante que a gente conheça – foi registrada como filha de José Gomes Novaes, uma das mais expressivas figuras da política baiana. Ele, já com 6 filhos, adotou aquela militante. Na verdade, ele a registrou como filha natural, sendo a sua sétima filha, e a protegendo para que não fosse morta.

Uma mulher chegando sozinha ao interior não podia chegar à casa de qualquer um, principalmente na zona rural, porque ia ser automaticamente reconhecida e entregue ao sistema repressivo. Mas aquele grande militante, com a dignidade que teve e que todos nós reconhecemos, registrou essa brasileira como filha.

Essa mulher, engenheira urbanista, arquiteta, fugiu do Brasil para a França, lá viveu e teve a oportunidade de passar em um concurso para se tornar uma servidora pública em Paris. Agora volta ao Brasil, e só teve anistia no mês passado, em 24 de outubro de 2013, quando teve a possibilidade de reconhecer a sua verdadeira identidade.

Esse caso é inusitado. Ela, ao mesmo tempo, sofre porque não foi presa – se sente culpada por isso – e também porque não conseguiu viver como uma cidadã com a sua identidade, com um nome próprio. Estudou na Bahia e aqui teve de fazer novos documentos. Formou-se em Arquitetura e militou.

Portanto esse é um fato, deputada Maria Luiza, que os brasileiros têm que ter conhecimento. Temos falado muito, aqui, sobre os impactos da tortura, da retirada de direitos econômicos, políticos e sociais, mas esse caso é especialíssimo, porque destruiu a identidade de uma cidadã brasileira. Ao chegar em Vitória da Conquista ela chorou, pois, ainda sente medo. Foi obrigada a tirar da memória a data de nascimento dela, porque para cada um dos três nomes que viveu nesse longo período de 42 anos, havia uma data de nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Queria saudar a coragem dessa mulher, que foi Maria Neide, que foi Maria José Novaes e, hoje, é Maria José Malheiros. Viva a

democracia! Ditadura nunca mais neste País!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Simões, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputado Carlos Brasileiro, que está se distraíndo aí com o telefone celular, deputado Elmar Nascimento, há pouco eu conversava com o Líder do governo, deputado Zé Neto, e ele concordou comigo a respeito do absurdo que está estabelecido no PL 20.503/2013, que altera os limites do Parque Estadual de Morro do Chapéu, instituído pelo Decreto nº 7.413/98.

Esse projeto de lei amplia a poligonal do parque em 6 mil hectares. Mas no momento, deputada Maria Luiza, que se amplia essa poligonal, inclusive trazendo surpresa até para a comunidade que trata e lida com ecologia no Estado da Bahia, tira de Morro do Chapéu, município do Sertão da Bahia, uma receita de quase 40%.

Deputado Marquinho Viana, o município de Morro do Chapéu é um dos principais do Estado da Bahia na produção de energia eólica. A poligonal traçada nesse momento, ampliada em 6 mil hectares, trará um prejuízo enorme ao emprego, que tem sido patrocinado por essa produção de energia na região. Todos os hotéis que se encontravam fechados ali estão sendo reabertos e ocupados. E a Bahia é tomada de surpresa por esse projeto. Debati o assunto com o deputado Zé Neto, com o deputado José Carlos Araújo, que é votado naquela cidade, com o presidente da Câmara, o prefeito, o grupo que não teve sucesso nas últimas eleições, o sindicato dos trabalhadores, e ninguém está de acordo com o aumento dessa poligonal. Vai deixar de fora, parece-me, mais de 400 torres de energia eólica, trazendo um desemprego nunca visto naquela região.

Quem conhece Morro do Chapéu sabe que toda aquela área de proteção ambiental já foi delimitada e cantada em prosa e verso, inclusive por escritores que tratam da questão ambiental no Brasil. Já que o deputado Gaban pediu vista e esse projeto hoje está sobrestando a pauta, espero que os deputados Zé Neto e Bira Corôa, que é relator, e inclusive rejeitou a emenda de autoria do deputado João Bonfim, que tentava preservar pelo menos as torres de energia eólica, que já havia sido aprovado pelo próprio Estado da Bahia, eu quero e espero que tenha ressonância na Bancada da Maioria, que esse projeto seja reestudado e colocado em pauta no momento oportuno no ano de 2014, para que a secretaria competente do governo reestude essa Poligonal, discuta com os deputados federais da Bahia a alteração da legislação federal e não prejudique o município e a comunidade de Morro do Chapéu que, neste momento, está tendo geração de empregos, a economia sendo reaquecida com a energia eólica. O povo voltou a sonhar novamente com um Morro do Chapéu com mais desenvolvimento, com mais recursos e com mais empregos.

Espero que os deputados Bira Corôa e Zé Neto, que a Bancada do Governo reestude esse tema, e que no momento oportuno, depois do reestudo pela secretaria

competente do Estado, se possa analisar e votar esse projeto sem dar prejuízo à comunidade de Morro do Chapéu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos e colegas da imprensa, senhores das Galerias, senhores que assistem ao canal TV Assembleia, fico preocupado com os malfeitos desse governo. O que mais ouvimos são as dificuldades financeiras do Estado, notadamente a falta de investimento na área da segurança pública. A Bahia, hoje, é um dos Estados mais violentos da Federação.

Na área da Saúde, temos exemplos de hospitais que funcionam precariamente, com dificuldades, e o Clériston Andrade é um exemplo desses hospitais.

Na área da educação, o Estado vai sendo muito mal gerido. Em Feira de Santana, por exemplo, a segunda cidade do Estado com 600 mil habitantes, em 7 anos do governo Jaques Wagner, governo do PT, não se construiu uma única sala de aula.

Leio na imprensa que as empreiteiras cobram do governo do Estado pagamentos; que o governo se tornou inadimplente, tornou-se mau pagador. Fiquei preocupado, deputado João Carlos Bacelar, quando li hoje que o estádio da Fonte Nova foi o mais caro construído para a Copa do Mundo. Ora, não tem dinheiro para a educação, não tem dinheiro para investir na saúde, não tem dinheiro para a segurança pública, mas tem dinheiro para jogar fora, para desperdiçar.

O valor gasto com a construção dos 12 estádios para a Copa do Mundo no Brasil é 78% maior que o previsto na matriz de responsabilidades assinadas em 2010. Em valores absolutos, o orçamento subiu 5,3 bilhões para 9,6 bilhões. As informações atualizadas do Portal Terra aponta que na Bahia se construiu o estádio mais caro para a Copa do Mundo, senão, vejamos em números absolutos: o estádio do Mineirão que tinha a previsão de 426 milhões e 100 mil reais, passou para 695 milhões de reais, uma variação de 63%. Aí vem o Estádio Nacional de Brasília com uma variação de 88% a mais; a Arena Pantanal, 26% a mais; a Arena da baixada, 77% a mais; já o Castelão houve um valor menor do que o previsto, 17%. O único que gastou menos que o valor previsto foi justamente o Castelão, em Fortaleza. Na Arena do Amazonas, uma elevação de 30%; Arena das Dunas, em Natal, elevação de 14%; o Beira Rio, em Porto Alegre, 154%; a Arena Pernambuco, apenas 1% a mais do que estava previsto. O Maracanã, 75% a mais, o Estado de São Paulo com o seu estádio, 242% a mais.

Agora, pasmem, os senhores e as senhoras. A Arena Fonte Nova teve um aumento de 289% do que estava previsto. Duzentos e oitenta e nove por cento! Além do mais, a contrapartida que o governo vai dar ao consórcio da construção da Arena Fonte Nova durante 15 anos: 100 milhões de reais. Cem milhões de reais por ano! A Fonte Nova, no final, custará aos cofres do Estado 2,2 bilhões de reais.

Isso é um absurdo! Um Estado que se diz pobre, depauperado, em que as

finanças estão aí a olhos vistos: não paga a ninguém, é mal pagador, professor ganhando mal, policial ganhando mal, não cumpre acordo, não paga a URV, mas tem dinheiro para dar ao consórcio Fonte Nova. Um absurdo desse! O estádio mais caro para a Copa do Mundo é a Arena Fonte Nova. É por isso que a Odebrecht nesse ritmo que vai, com o PT governando, não sei não, vai ser a empresa mais cara, mais beneficiada no mundo, vai em muito superar a Petrobras. Aliás, a Odebrecht comprou agora o Galeão por 19 milhões, enquanto o pré-sal custou 14. Ou o pré-sal foi subfaturado ou carta marcada, ou o pré-sal não vale nada. Se o Galeão custa 19 milhões, como é que o pré-sal custa só 14 milhões? Alguma coisa está errada ou para mais ou para menos, alguém saiu lucrando com isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a nobre deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, taquígrafas, servidores desta Casa que estão aqui conosco nesta tarde, subo a esta tribuna, primeiro, para fazer um esclarecimento, que não é o objeto principal da minha fala. Vou fazer um esclarecimento sobre algo que foi colocado anteriormente, não estava no Plenário naquele momento, com respeito à questão de uma audiência pública realizada nesta manhã, nesta Casa, através da Comissão de Desenvolvimento Urbano, da qual o deputado Adolfo Viana é o presidente e que não teria sido comunicada.

Foi debatido na reunião da Comissão, depois tivemos um encontro aqui no Plenário com o vice-presidente e outros deputados da Oposição sobre a realização desse debate, que na realidade não foi um debate, foi uma apresentação do secretário Rui Costa sobre os projetos de mobilidade para a cidade. Convidamos, inclusive, o secretário de Infraestrutura da Prefeitura, o ex-deputado Aleluia, que não pode vir hoje e se comprometeu em vir em outro momento, e também apresentar os projetos que a prefeitura tem para Salvador. Foi anunciado no Diário Oficial e foi comunicado a todos os membros através da imprensa a realização disso, e tem sido parceiro nosso nesse evento, da subcomissão, anteriormente, da Comissão Especial, o Sindicato dos Engenheiros da Bahia, o Seng, que enviou e convidou toda a sua agenda para estar presente nessa tarde e que realmente se concretizou.

O deputado e secretário Rui Costa, da Casa Civil, deu conhecimento a esta Casa dos diversos projetos previstos para serem realizados na cidade de Salvador. Tais projetos estão articulados com a prefeitura de Salvador e vão desde aqueles que já são de conhecimento público, assinados com presidente Dilma Rousseff, na última vez em que esteve aqui na presença de vários deputados desta Casa e mais outros.

Serão investidos, em Salvador/Lauro de Freitas, R\$ 7 bilhões para a área de mobilidade urbana. O projeto envolve desde a Linha 2 do metrô que liga a última Estação do Bonocô a Lauro de Freitas até à conclusão da Linha 1 do metrô e a

chegada da Linha 1 à Estação de Pirajá.

A responsabilidade da empresa contratada para execução das obras – objeto da PPP e elaboração do projeto com entrega em 90 dias – que será licitada no início do próximo ano, com início das obras, no segundo semestre, da ampliação da Linha 1 até Águas Claras. Tal expansão permitirá, portanto, uma extensão significativa do nosso metrô com concentração na região de Águas Claras.

O secretário anunciou, hoje, aqui, a construção do maior terminal da cidade, porque se encontrarão, naquele local, todo transporte que faz a Região Metropolitana que não mais adentrará à cidade do Salvador e os transportes interurbanos e interestaduais, e também o transporte metropolitano naquela área, levando os passageiros até àquele ponto.

Portanto, será construída uma grande estação naquele local que integrará o sistema do metrô com o sistema de BRT, que será implantado ao longo da 29 de Março – também está previsto dentro desse projeto –, que interliga a orla atlântica com a orla da Baía de Todos os Santos, saindo de Paripe até a Orlando Gomes, chegando à praia.

Foram anunciadas, hoje, essas e muitas outras medidas que eu terei oportunidade de vir a esta tribuna em outro momento para apresentar à população. Espero continuarmos a fazer o debate sobre mobilidade em breve para que a população de Salvador fique ciente das diversas intervenções que serão feitas pelo governo do estado da Bahia e algumas delas pela própria Prefeitura Municipal de Salvador.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela vossa tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, ouvi, atentamente, aqui, o pronunciamento da deputada Maria del Carmen – só a título de esclarecimento – que, na ânsia de fazer com que a Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano preste melhores serviços ao estado da Bahia, de fato, marcou a audiência pública com a presença do secretário Rui Costa.

Na reunião da comissão passada, não havia quórum. Eu pedi a verificação de quórum e adverti ser necessário marcarmos a audiência pública, no âmbito da comissão, para que os deputados, que fazem parte da comissão, participassem.

O que aconteceu? A deputada marcou, de fato, a reunião fora do âmbito da comissão. Quando o secretário Rui Costa chegou para a audiência pública hoje, os deputados da comissão não estavam presentes. Foi isso o que aconteceu. Mas houve reunião, pois a sociedade civil organizada estava presente e participou da mesma.

Gostaria de deixar claro que eu, como membro da comissão, chamei a atenção da deputada Maria del Carmen sobre a importância da marcação com data específica para esta audiência pública no âmbito da comissão. Isso não aconteceu. E, por conta

disso, a audiência pública começou sem a presença de alguns deputados. Mas, com o tempo, os deputados foram chegando e a audiência pública se realizou.

Gostaria de deixar claro que as próximas audiências públicas sejam marcadas, sim, primeiro, no âmbito da comissão, para que os deputados possam estar presentes e ter um ganho maior na discussão dos temas debatidos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Aproveito a presença do presidente Marcelo Nilo, porque a deputada Maria del Carmen inovou, e acho que positivamente. Só quero registrar o que aconteceu para que nós, da Oposição, tenhamos autorização para fazer. Hoje, foi realizada uma audiência pública da comissão com a presença de Rui Costa, secretário da Casa Civil, e Cícero Monteiro, secretário do Desenvolvimento Urbano, sem a aprovação da comissão. Essa prática, podendo acontecer, quero registrar que somos favoráveis. Agora, queremos usar o precedente para que possamos fazer audiências públicas também dessa forma nas comissões que a Oposição preside.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não entendi.

A Sr^a Maria del Carmen:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho.

O Sr. Elmar Nascimento:- Acho que as comissões têm que funcionar, mas não foram aprovados no âmbito da comissão a data e o convite para os secretários Rui Costa e Cícero Monteiro virem à audiência pública. A audiência foi realizada e eu, inclusive, estava presente. Apenas que isso se torne praxe na Casa, para que também as comissões que presidimos possam proceder assim, sem nenhum tipo de interferência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Explique, por favor, que não entendi. Não foi aprovada a convocação deles na comissão?

A Sr^a Maria del Carmen:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Explique, deputada, por favor.

A Sr^a Maria del Carmen:- No início deste ano, ao instalarmos a Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, foi aprovado um calendário de diversas atividades e, entre elas, a discussão sobre mobilidade.

Sou extremamente transparente, sem subterfúgio, V.Ex^a me conhece de longa data. Não tínhamos quórum presencial para a marcação da data, mas para a realização do debate. Esse só, não, vários outros estão aprovadas na comissão. Coloco a verdade, a realidade, foi aprovada a vinda à comissão, lá atrás, no início dos trabalhos.

O que temos feito, Sr. Presidente, é garantir que a comissão especial, efetivamente, realize pelo menos um debate mensal sobre temas de interesse da sociedade.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Maria del Carmen:- Sr. Presidente, estou com a palavra.

E ainda mais: acabei de chegar de Brasília, representei esta Casa na

Conferência Nacional das Cidades, no debate urgente e necessário, que é a questão da reforma e desenvolvimento urbano. Portanto, não fiz nada escondido. No Diário Oficial está que haveria reunião. Ainda, pessoalmente, falei com o deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, em momento algum disse que a deputada Maria del Carmen tinha feito algo escondido.

A Sr^a Maria del Carmen:- Alguém disse que eu fiz escondido.

O Sr. Adolfo Viana:- Com certeza, isso não saiu da boca do deputado Adolfo Viana. Em momento algum disse que V.Ex^a fez alguma coisa escondida.

De fato, no primeiro dia da comissão, algumas audiências públicas foram...

A Sr^a Maria del Carmen:- Várias!

O Sr. Adolfo Viana:- Várias! No primeiro dia, V.Ex^a aprovou várias audiências públicas. Agora, dessa audiência pública, não sabíamos quem participaria, os convidados não aprovamos, assim como não aprovamos a data em que seria realizada. Na reunião passada da comissão, V.Ex^a presidindo, solicitou que marcássemos. E eu lhe disse que não poderíamos marcar a data, porque não tínhamos quórum. Só estavam presentes na comissão o deputado Adolfo Viana, eu, e a deputada Maria del Carmen. Foi isso que questionei naquele momento. De fato, solicitei uma verificação de quórum, a sessão da comissão foi encerrada. E hoje aconteceu, fora do horário da reunião, uma audiência pública que não foi prevista no âmbito da comissão. Até porque em algumas reuniões da comissão não havia quórum para continuidade.

A Sr^a Maria del Carmen:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Sr. Presidente, voltamos a conversar com o deputado Adolfo Viana neste Plenário sobre a data da realização. Dissemos que o secretário Rui Costa tinha disponibilidade na agenda. Falamos da importância. Fizemos o convite ao secretário Aleluia para estar presente também. V.Ex^a e o deputado Bruno Reis são testemunhas disso. E acordamos que seria realizada a audiência. O que me espanta é a discussão. A comissão está trabalhando.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, questão de ordem. O Sr. Paulo Azi:- Presidente, todos aqui tem um enorme respeito pela deputada Maria del Carmen, e, ao contrário, ninguém está questionando a realização da audiência. O que se questiona é a necessidade ou não, para a presença de um secretário de Estado nesta Casa, de um convite aprovado na comissão. A praxe, até hoje, é que se aprovasse o convite no âmbito da comissão.

Louvo a atitude da deputada Maria del Carmen. Acho que como é convite, até pode, simplesmente, o presidente da comissão ter essa delegação. Apenas estamos externando o ocorrido para que a Casa tome conhecimento e os presidentes das

comissões que também fazem parte do bloco da Oposição tenham essa mesma liberdade que teve a deputada Maria del Carmen.

Não há nenhum tipo de senão à postura da deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A posição da presidência é que qualquer comissão só pode convidar um secretário mediante aprovação da comissão. Isso é o natural e o normal. A comissão é composta por 8 membros. Para convidar um secretário, precisa que seja aprovado na comissão.

Sei que não precisa ressaltar a integridade, honestidade, dedicação, o carinho que tenho pela deputada Maria del Carmen, uma das melhores presidentes de comissão desta Casa. Mas, minha posição particular como presidente, vou até levar para a Mesa, é que só se convida um secretário para a comissão mediante aprovação da própria comissão. O presidente, apenas como presidente, não tem o poder de convidar se não for aprovado pela comissão, entendeu, deputada? Sei que V.Ex^a está bem intencionada, mas essa é minha posição. Não quer dizer que vá tornar-se obrigatória. Vou levar o problema para a Mesa. Um secretário de Estado só pode vir para a comissão, convidado pela própria comissão. O presidente é apenas um membro, inclusive ele nem vota, só se empatar. Isso é matéria regimental, não posso passar por cima do Regimento.

Qual o artigo, Carlos, por favor?

O deputado Adolfo Viana foi correto, ele não fez nenhuma crítica. Como norma, para convidar, tem que ser aprovado na comissão. Se algum deputado questionar, pedindo a suspensão, acho que seria obrigado a suspender.

O Sr. Targino Machado:- Vamos abrir essa norma.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não posso abrir. Minha posição é muito clara. Só é possível convidar um secretário de Estado depois de aprovado na comissão. Se estiver no Regimento, melhor ainda.

Se os membros na hora fizerem acordo, não há problema, mas minha posição como presidente é que só deve um secretário participar depois de aprovado data e horário na comissão.

Próximo horário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, caros deputados, venho a esta tribuna na tarde de hoje para relatar a importância de uma homenagem feita a um grande líder político no município de Jussiapé, o Dr. Procópio, que completou, no último domingo, um ano de morte sua e de sua esposa. Foram assassinados por alguém daquele município e até hoje não sabemos o motivo. A pessoa matou o prefeito em sua residência; a esposa do prefeito, um pouco mais acima, próximo ao Banco do Brasil.

A população do município e a Câmara de Vereadores organizaram uma homenagem tanto na sede do município, em Jussiapé, como também no distrito onde viveu muito tempo, distrito de Caraguataí. Foi feita uma homenagem, um desfile e depois a exibição de um slide contendo parte da vida dele e o que ele fez naquele

município.

A Câmara Municipal aprovou, na última sessão, que o dia 24 de novembro passará a ser feriado municipal em Jussiape; isso é a prova do amor que o povo daquele município tinha por Procópio e sua esposa. Ele se dedicou àquele município, formou-se em medicina, depois especializou-se em oftalmologia e passou parte da sua vida atendendo não só em Jussiape, como também nos municípios vizinhos, a exemplo de Ubaíra, Piatã e Barra da Estiva. Essa foi uma demonstração de que ele e sua família são muito queridos no município de Jussiape. Sr. Presidente, era isso que eu queria deixar registrado.

Domingo, estive no município de São Félix do Coribe, onde Rui Costa, secretário Estadual e deputado federal, entregou as máquinas ao consórcio da formação dos municípios do Rio Corrente. Naquela ocasião, as máquinas foram entregues e diversos convênios foram assinados com os municípios de Coribe, Tabocas, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória.

Quero registrar também que o secretário e chefe da Casa Civil, Rui Costa, tem demonstrado uma competência no cargo que exerce, principalmente na coordenação dos trabalhos e dos investimentos dos recursos na área de combate ou de convivência com a seca. Quero deixar registrado que também foi autorizada, naquele momento – foi feito um estudo e o edital foi lançado –, a implantação do sistema de água da sede do município de Coribe. É uma obra da ordem de R\$ 11 milhões. À frente da prefeitura temos o jovem e competente prefeito Manoel Rocha, filho do deputado José Rocha, que teve quatro mandatos de deputado nesta Casa e cinco mandatos de deputado federal. Manoel Rocha, que vem demonstrado ser um grande homem público, tem administrado o município de Coribe com grande dedicação, buscando, a cada dia que passa, mais investimentos para aquela cidade.

Quero deixar registrado ainda que, naquele data, também foi solicitada uma obra no município de Ituaçu, a ampliação do sistema de água do distrito de Tranqueiras, obra na ordem de R\$ 513.000,00. A autorização será assinada, agora à tarde, pelo prefeito, e esse distrito ganhará a melhoria no sistema de água. O Rio de Contas passa ao lado daquele distrito. Aproximadamente 500 famílias receberão essa ampliação do sistema de água que ajudará muito àquela comunidade que, hoje, está sendo abastecida por meio de carros-pipa. Parabéns ao governador do Estado. Parabéns ao secretário Rui Costa. Parabéns à Cerb. Parabéns à CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) e ao Programa Água para Todos que têm assinado diversos convênios para a melhoria e implantação do sistema de água em todo o Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encerrar, por acordo, falará o deputado José de Arimatéia e posteriormente os deputados João Carlos Bacelar e Paulo Azi.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs.

Deputados, imprensa, TV Assembleia, eu gostaria de discordar do nosso amigo Marquinho Viana, no que diz respeito aos nomes que estão sendo apresentados para o governo do Estado. Do grupo do do PT, com experiência administrativa, só conheço o Dr. Jorge Solla. Agora, do grupo temos o nome do deputado presidente desta Casa, Marcelo Nilo, que também tem experiência administrativa. Com todo respeito, desses nomes, aqueles que têm comprovada experiência em gestão são o deputado Marcelo Nilo e o Dr. Jorge Solla.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para registrar que hoje tivemos, na Comissão da Saúde, uma importante discussão em comemoração ao mês de novembro. Mês de prevenção do câncer de próstata, do diabetes e da anemia falciforme.

Trouxemos vários palestrantes, como Dr. Eduardo Café, que falou sobre a prevenção do câncer de próstata; Dr^a Reine Chaves Fonseca, médica endocrinologista, diretora do Cedeba-Sesab, mestre e doutora em medicina interna pela UFBA, ela falou sobre a diabetes; Dr^a Ângela Zanetti, médica hematologista, falou sobre anemia falciforme; Dr^a Ubiraci Matilde, administradora, coordenadora da saúde da população negra, que falou sobre a saúde do homem; Dr^a Sílvia Augusto, coordenadora técnica do programa População Negra, da Secretaria Municipal da Saúde, que falou sobre a saúde do homem e da população negra e o Hiperdia; Dr^a Livia Machado; Dr^a Isabel, representante da Dr^a Marildes Moradilo, coordenadora técnica do programa Saúde do Homem, da Secretaria Municipal da Saúde. Tivemos também a participação da Dr^a Desembargadora Luislinda Valois; do Dr. Aílton Ferreira, superintendente de poio e defesa aos direitos humanos da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Lê: “Dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) mostram que o câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens no Brasil, uma realidade que pode ser transformada com a prevenção. Eu faço o exame periodicamente. O preconceito em torno disso não pode ser maior que a sensação de tranquilidade para com a saúde. As mulheres também podem ajudar: filhas, amigas, irmãs, mães conversem sobre isso com os homens porque o preconceito não vale a vida.

Já a diabetes é uma enfermidade que atinge cerca de 347 milhões de pessoas no mundo, segundo informações da Organização Mundial da Saúde. Especialistas afirmam que, se não houver o controle adequado, o diabético pode ter riscos, muitas vezes irreversíveis, à visão, aos pés e ainda aos rins e coração. Está aí a importância de realizamos uma audiência como essa”.

Para concluir, Sr. Presidente, a Comissão de Saúde, mais uma vez, está cumprindo o seu papel, nesta Casa, de trazer assuntos e discussões, mostrando para a opinião pública e a sociedade que estamos vivendo a década da prevenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Luiza Maia, hoje pela manhã o PTN instalou o seu departamento PTN Negritude numa solenidade bastante concorrida com mais de 150 pessoas, entre lideranças de religiões de matrizes africanas, lideranças sindicais, lideranças comunitárias, vereadores, suplentes de vereadores. Enfim, uma força muito grande para tratar desta questão fundamental para a Nação brasileira e o Estado da Bahia, especificamente Salvador.

Na minha fala, Sr. Presidente, lembrei-me de que poderia ali estar justificando o PTN ter um departamento para tratar de questões relacionadas à negritude. Poderia falar do genocídio da juventude negra nesta cidade e do genocídio dos negros como um todo, haja vista que em 2012, só para exemplo, de 4.600 homicídios nesta terra 4.300 foram de negros e 300, de brancos.

Então, houve essa queda das taxas de homicídio na juventude branca e o aumento delas na juventude negra. Eu poderia dizer que temos a escola que é uma escola branca, a qual só valoriza e só traz como herói, símbolo e mártir o branco, muitas vezes até o estrangeiro, em detrimento de toda a luta dos negros. Poderia falar também da Frente Negra Brasileira, que em 1931, em São Paulo, se transformou no primeiro partido político brasileiro com o corte étnico-racial e que instalou aqui neste Estado em 1932 a Frente Negra da Bahia, que lançou candidatos mas em 1936 foi dissolvida por Getúlio.

Enfim, Sr. Presidente, teríamos muitos assuntos para tratar, como a intolerância religiosa que quer atribuir a figura do diabo às religiões de matrizes africanas, quando na mitologia africana não existe a figura do diabo. Nela, é uma figura cristã. E poderíamos ter entrado por aí, falando dos graves problemas de intolerância religiosa que os templos de matriz africana têm sofrido na Bahia e no Brasil, uma verdadeira guerra religiosa. Todos esses poderiam ser temas para aprofundarmos, mostrando a necessidade de os partidos políticos trabalharem nessa questão.

Mas, Sr. Presidente, tivemos de mudar o foco, porque sinceramente poderia esperar isto de qualquer segmento, deputado Carlinhos Brasileiro, mas não de um destacado membro do Partido dos Trabalhadores. O vereador Gilberto Paixão, do PT de Teresina, em entrevista a um telejornal da Rede Globo, disse taxativamente: “Esse negro, esse ministro negro que deve tudo a Lula traiu Lula”.

Veja, deputado Carlos Geilson, que estava no debate, porque teve o seu interesse contrariado, porque houve uma decisão do ministro que os contrariou, segmentos do PT e segmentos da imprensa ligados ao Partido dos Trabalhadores – Paulo Henrique Amorim é um desses exemplos – têm, de uma maneira racista, covarde, que apequena o espaço institucional em que essa pessoa fala, dado demonstrações de racismo.

O que me inquieta neste momento? É que aqui já vi, e com razão, reações de deputados do PT em relação a membros de outros partidos que usaram infelizes expressões racistas, e, agora, todos calam, inclusive o PT nacional, quando um vereador de uma capital da importância de Teresina, vereador que deve ter importância porque foi aberto para ele espaços nos grandes telejornais do País, refere-

se ao presidente da mais alta corte do País com expressões racistas e de baixo calão.

Por isso, mais do que nunca, os afrodescendentes e o movimento negro brasileiro precisam lutar para se fortalecerem e para terem representantes dignos nas diversas esferas de poder.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, mais uma vez os fatos contradizem a propaganda do governo da Bahia.

O IBGE indicou, na semana que passou, números, dados oficiais que retratam a queda e a diminuição da importância da Bahia no cenário nacional. A Bahia, depois de muita luta no passado, conseguiu que sua economia fosse a 6ª maior do nosso País e se vê, agora, regredindo também nessa matéria, que é de extrema importância para entendermos o momento, infelizmente, de decadência por que passa o nosso Estado.

O governo faz propaganda da segurança pública e nós os desmentimos com dados oficiais que demonstram, deputada Luiza Maia, que a Bahia é, hoje, o estado brasileiro com maior número absoluto de assassinatos e crimes violentos.

A Bahia faz propaganda da educação e nós demonstramos, através de números oficiais, que, hoje, infelizmente, a educação pública da Bahia, a cada ano, vê os seus índices de avaliação da qualidade de ensino se aproximarem dos menores índices entre os estados da Federação.

Da mesma forma, o governo da Bahia faz propaganda, deputado Carlos Geilson, na televisão, em outdoors, nas rádios que o Estado avança em sua economia e que a cada dia recebe novos investimentos de empresas. E agora, mais uma vez, a propaganda do governo da Bahia.

E, agora, mais uma vez, a propaganda do governo da Bahia é desmentida por dados oficiais que demonstram que a nossa economia perde seguidamente em competitividade e deixa de ser o sexto estado da Federação para ocupar o oitavo lugar. Deputada Luiza Maia, a Bahia que tem 417 municípios, que tem todas as condições de desenvolver a sua agricultura, a sua indústria e o seu comércio, vê, hoje, a sua economia ser ultrapassada pela economia do Distrito Federal, deputado Carlos Geilson. Uma cidade apenas!, uma cidade que não tem terra para fortalecimento da agricultura, que não tem sequer um polo industrial e que tem a sua economia girando à base de serviços gerados pelo alto número de funcionários públicos federais.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Como pode uma única cidade ter, hoje, uma economia que ultrapassa a economia de um estado que, outrora, foi pujante, uma economia fruto da luta de muitos governantes do passado desta terra, deputado Adolfo Menezes, que a colocou em um lugar de respeito e de locomotiva do Nordeste do País?!

E, mais uma vez, o governador vai aos jornais a dar desculpas descabidas para fugir de suas responsabilidades como se aquelas desculpas elencadas atingissem,

apenas, o estado da Bahia e não as outras unidades da Federação.

É isso o que nos preocupa, Srs. e Sr^{as}. Parlamentares! O que nos preocupa é a falta de humildade do governo em reconhecer seus erros, em ver os problemas e buscar as soluções, a fim de colocar o nosso estado de volta aos caminhos do crescimento e do desenvolvimento econômico e social.

Lamentavelmente, mais uma vez, os números oficiais desmentem a propaganda do governo!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Quero parabenizar e dar as boas-vindas aos estudantes do Colégio Estadual Bolívar Santana que visitam esta Casa pelo Programa a Escola e o Legislativo.

Sejam bem vindos à Assembleia Legislativa. (Palmas.)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Endosso as suas palavras pela saudação dos alunos, nobre Presidente.

Porém, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Visivelmente, não há quórum para a continuidade da sessão.

Em virtude de termos uma votação, como ocorre em todo final de ano, do melhor site de jornalismo e dos jornalistas que cobrem esta Casa, designo três colegas para serem escrutinadores, quais sejam, Carlos Geilson, Adolfo Viana e Sidelvan Nóbrega, repito, para fazer a contagem dos votos, por favor.

(Procede-se ao escrutínio da votação determinado pelo Sr. Presidente.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, acabo de receber a informação de que estão sendo escolhidos no Comitê de Imprensa, como é de praxe todos os anos, os deputados que mais de destacaram neste ano, o que ocorrerá às 17h.

(Continuação do escrutínio dos Destaques da Imprensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado.

Prêmio Quintino de Carvalho, imprensa escrita – vencedor: com 15 votos, a jornalista da Tribuna da Bahia, Lília Machado. Em segundo lugar, Levi Vasconcelos, 14 votos; terceiro, Fernanda Chagas, três votos; Regina Bochichio, um voto. Um voto em branco.

Prêmio Wilson Menezes, imprensa radiofônica – vencedor: Itamar Ribeiro, da Rádio Sociedade da Bahia, 26 votos; Cristóvão Rodrigues, cinco votos; João Pinho, um voto. Dois votos em branco.

Prêmio Armando Lobracci Neto – vencedor: Luís Augusto Gomes, do blog Por Escrito, 13 votos; Tasso Franco do Bahia Já, sete votos; Luís Fernando Lima, do Bocão News, cinco votos; Sandro Freitas, do Bahia Notícias, e Raul Monteiro, do

Política Livre, três votos; Moacir Neves, um voto. Um voto em branco e um voto nulo.

Está encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*